

A FUNÇÃO DO LÚDICO NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE FUNCTION OF PLAYERS IN TRANSITION FROM CHILDHOOD EDUCATION TO THE FIRST YEAR OF EDUCATION

José Carlos de Melo **1**

Resumo: O presente artigo teve como objetivo refletir sobre o processo de transição de crianças com seis anos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, bem como, a função do lúdico nesse momento e a importância de se garantir o brincar como direito da criança no seu desenvolvimento cognitivo e social. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa com base em autores como Kishimoto (2002), Kramer (2007), Vygotsky (2007), e nos documentos que regem a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei n 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, que amplia o Ensino Fundamental de oito para nove anos. As análises evidenciaram que a promoção de atividades lúdicas no processo de transição entre a primeira e a segunda etapa da educação básica contribui de forma significativa para o ensino e a aprendizagem das crianças nos aspectos cognitivo e motor.

Palavras-chave: Criança. Ensino Fundamental. Brincadeiras. Lúdico.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the process of transition of children from six years old from kindergarten to elementary school, as well as the role of the ludic at this time and the importance of ensuring play as a right of the child in his or her own. cognitive and social development. Thus, a bibliographical research with a qualitative approach was carried out based on authors such as Kishimoto (2002), Kramer (2007), Vygotsky (2007), and on the documents governing Brazilian education, such as the Guidelines and Bases Law. Law No. 11,274 of February 6, 2006, which extends Elementary Education from eight to nine years. The analyzes showed that the promotion of playful activities in the process of transition between the first and second stages of basic education contributes significantly to the teaching and learning of children in cognitive and motor aspects.

Keywords: Kid. Elementary School. Jokes. Ludic.

Introdução

O presente estudo tem como eixo central a importância do brincar e do lúdico no desenvolvimento das crianças e o que deve ser garantido a elas no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, além disso, buscou-se compreender como o brincar pode contribuir para um melhor desenvolvimento cognitivo, social e afetivo nas crianças com até seis anos, bem como conhecer os documentos oficiais que norteiam o trabalho que deve ser realizado com os estudantes inseridos na segunda etapa da Educação Básica.

Buscando respostas a esses questionamentos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa baseada em autores como Kishimoto (2002), Kramer (2007), Vygotsky (2007), dentre outros e nos documentos que norteiam as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB.

A pesquisa bibliográfica segundo Minayo (2008), constitui-se como uma revisão sistemática das produções realizadas sobre um determinado tema, a fim de se obter maiores informações sobre o assunto pesquisado. Já a abordagem qualitativa consiste em analisar de forma mais profunda e subjetiva os dados coletados em uma investigação em detrimento dos aspectos quantitativos (GIL, 2010).

Nesse sentido, serão analisados os pontos positivos e negativos em relação a mudança do ensino fundamental de oito para nove anos, e como a categoria brincar vem sendo discutida nesse processo, considerando que esta se constituiu como uma fonte de várias descobertas para a criança, permitindo-lhes compreender as regras, costumes e valores presentes no seu cotidiano.

Este trabalho encontra-se dividido em cinco seções, sendo a primeira, a presente introdução que apresenta o objeto de estudo desta pesquisa, seguida de uma breve abordagem sobre a categoria “brincar”. Na terceira seção, apresenta-se uma reflexão sobre a importância do brincar no desenvolvimento da criança de seis anos, na sequência, discutiu-se sobre o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e a função do lúdico nesse momento, e por fim, as considerações finais.

Sobre o Brincar

“Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em sala sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do ser humano”.

(Carlos Drummond de Andrade).

Antes de refletirmos sobre os reflexos do brincar na educação de crianças pequenas, torna-se necessário conhecer o seu conceito, assim como das categorias brinquedo e brincadeira e sua importância no processo de ensino e aprendizagem realizado pelos educadores das instituições de Educação Infantil e do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Conforme o dicionário Aurélio brincar é “divertir-se, recrear-se, entreter-se, distrair-se, folgar”, (FERREIRA, 2004, p.329). Também pode ser “entretê-lo com jogos infantis”, em outras palavras, brincar é algo muito presente no cotidiano das pessoas, especialmente das crianças.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, publicado em 1990, é considerada criança uma pessoa com até doze anos incompletos. Destaca-se que a criança nem sempre foi considerada como um ser pensante no que se refere a sua capacidade de compreender o mundo que a rodeia, sendo que por muito tempo ela foi vista como um adulto em miniatura (ARIÈS, 2006).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI, define a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Enquanto sujeito de direitos, a criança necessita vivenciar experiências tanto no âmbito familiar quanto nas instituições de ensino que promovam o seu desenvolvimento integral. Nessa direção, concorda-se com Kramer (2007), ao refletir sobre o conceito da criança enquanto um sujeito de direitos e que é ativa no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, nas palavras da autora:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará adulto, no dia em que deixar de ser criança. Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância (KRAMER, 2007, p.15).

No campo da Sociologia da Infância, a criança também é vista como um sujeito de direitos e não como um ser passivo, outro ponto relevante nessa abordagem é a não valorização da voz e dos anseios das crianças por parte dos adultos, sobre isso Sarmento e Pinto (1997, p.22) assinalam que:

A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito, e não como menores(...) implica o reconhecimento da capacidade simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas. (...) Os estudos da infância quando se reconhece às crianças o estatuto de atores sociais, tem geralmente negligenciado a auscultação da voz das crianças e subestimado a capacidade de atribuição de sentido às suas ações e aos seus contextos. (...) As culturas infantis assentam nos mundos de vida das crianças e estes se caracterizam pela heterogeneidade. (...) A interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social e necessita de se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem.

Acerca do brincar enquanto uma atividade própria da criança, observa-se que esta consiste como uma forma dela compreender o mundo que a cerca, apropriando-se dos diversos saberes e conhecimentos relativos à cultura. Por meio do brincar, ela constrói a sua identidade pessoal e coletiva, assim como “brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (BRASIL, 2009, p. 01).

Sobre esse aspecto, Machado (2003, p.21) assinala que:

Brincar é nossa primeira forma de cultura. A cultura é algo que pertence a todos e que nos faz participar de ideais e objetivos comuns. A cultura é o jeito de as pessoas conviverem, se expressarem, é o modo como as crianças brincam, como os adultos vivem, trabalham, fazem arte. Mesmo sem estar brincando com o que denominamos “brinquedo”, a criança

brinca com a cultura.

Nessa assertiva, compreende-se que o brincar além de desenvolver a capacidade criativa das crianças também é considerado como um instrumento para que ela se aproprie da cultura em suas várias áreas e nuances, a exemplo da arte e de como ela percebe a sua cultura local, ou seja, o meio em que está inserida.

Em seus estudos sobre o desenvolvimento humano, Vygotsky (2007), ao refletir sobre o brincar afirma que este consiste na principal atividade da criança, especialmente na idade pré-escolar por meio das brincadeiras, que nesse momento materializam as contradições encontradas pela criança entre o querer e o poder, por exemplo, a criança ao se deslocar em um automóvel com seus pais reproduz na sua brincadeira os gestos e até mesmo as atitudes presenciadas durante o trajeto, ou seja, vivencia um desejo que por causa da sua tenra idade não pode realizar na prática como dirigir nesse caso.

Já a brincadeira segundo Kishimoto (2002), sobretudo aquelas realizadas por meio dos jogos, durante muitos anos foram consideradas somente como uma forma de recreação ou mesmo de relaxamento, no entanto para a criança, ela se constitui como uma atividade inata, ou seja, uma atividade própria da criança, pensamento este corroborado por Wajskop (2009, p. 33). quando afirma que:

A brincadeira pode ser um espaço privilegiado de interação e confronto de diferentes crianças com diferentes pontos de vista. Nessa experiência elas tentam resolver a contradição da liberdade de brincar no nível simbólico em contraposição às regras por elas estabelecidas, assim como o limite da realidade ou das regras dos próprios jogos aos desejos colocados. Na vivência desses conflitos, as crianças podem enriquecer a relação com seus coetâneos, na direção da autonomia e cooperação, compreendendo e agindo na realidade de forma ativa e construtiva.

É válido afirmar que a criança por meio do brincar expressa seus sentimentos, assim como, as experiências de suas vivências no ambiente no qual está inserida e também o aspecto político e social, aprendendo a tomar decisões para mediar à brincadeira quando a regra não é o suficiente.

Em relação ao brinquedo, destaca-se que este se constitui como um instrumento que serve para as crianças brincarem, em outras palavras, o brinquedo é considerado como um artefato que se encontra vinculado a um elemento/papel social desempenhado pelas crianças durante uma brincadeira, como por exemplo, quando meninos jogam futebol com uma bola, representado um time, ou meninas brincam com bonecas representando o papel de mãe/filha (MOYLES, 2002).

Acerca da importância do brinquedo, Vygotsky (2007, p. 126), afirma que por meio deste, a criança aprende a agir numa “esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não pelo dos incentivos fornecidos pelos objetos externos”.

Segundo Vygotsky (2007), o brinquedo também representa uma forma pela qual as crianças conseguem desenvolver o seu pensamento, ampliando a sua capacidade cognitiva, sobretudo durante as brincadeiras de faz de conta, momento em que utilizam a representação simbólica para expressar situações vivenciadas no seu dia a dia.

Quanto a construção social da categoria brinquedo no sentido de como esses artefatos surgiram, Benjamin (1984) afirma que em seus primórdios estes não foram fabricados por indústrias especializadas, mas sim foram fruto de trabalhos realizados nas oficinas artesanais, diferente do que acontece hoje na sociedade, onde os brinquedos artesanais perderam espaço para outros mais sofisticados, em outras palavras, as crianças atualmente tem ao seu dispor diversos brinquedos, sendo que dentre eles, alguns apresentam uma função educativa.

Existem ainda os chamados “brinquedos educativos”, que de acordo com Bueno (2010, p. 25), são aqueles que apresentam uma relação direta com a aprendizagem, sobretudo “quando uma criança confecciona seu próprio brinquedo, aprende com o seu trabalho transformar matérias-primas oriundas da natureza em objetos novos, que vão se constituir em um novo objeto, ou seja, novo brinquedo”. A seguir, será discutido sobre o desenvolvimento da criança e a relação com a

aprendizagem mediada pelas brincadeiras.

O Desenvolvimento da Criança de 06 Anos e o Brincar

Atualmente, a educação de crianças com seis anos no Ensino Fundamental tem sido alvo de muitas discussões no que se refere a inserção de práticas lúdicas no currículo desta etapa da educação básica, não somente pelo fato das crianças terem o direito de brincar, mas também pelo seu desenvolvimento cognitivo.

No que se refere a importância do brincar dentro âmbito educativo, sobretudo quando se pensa na questão do aprendizado mediado pelas brincadeiras, Brougère (2010), destaca que não existe na criança uma brincadeira natural, pois ao brincar, ela se apropria dos conteúdos sociais e culturais, tendo em vista que:

Na brincadeira a criança se relaciona com conteúdos culturais que ela reproduz e transforma, dos quais ela se apropria e lhe dá uma significação. A brincadeira é a entrada na cultura, numa cultura particular, tal como ela existe num dado momento, mas com todo seu peso histórico. A criança se apodera do universo que rodeia para harmonizá-lo com sua própria dinâmica. só se faz num quadro específico, por meio de uma atividade conduzida pela iniciativa da criança, quer dizer, uma atividade que ela domina, e reproduz em função do interesse e do prazer que extrai dela. A apropriação do mundo exterior passa por transformações, por modificações, por adaptações, para se transformar numa brincadeira: é a liberdade de iniciativa e de desdobramento daquele que brinca sem o qual não existe a verdadeira brincadeira (BROUGÈRE, 2010, p. 82).

De acordo com os estudos de Vygotsky (2007, p. 122), durante a brincadeira “a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que ela é na realidade”.

Quando brinca, a criança cria um mundo imaginário onde tudo é possível, não existe limite para a sua imaginação, nesse momento ela não somente se apropria de um determinado conhecimento, como também o reinventa, ampliando seus saberes e experiências.

A partir das reflexões até aqui realizadas, pode-se inferir que o brincar possui um papel importante não somente para a recreação e lazer, mas principalmente na aprendizagem de forma significativa pelas crianças, pois:

O brincar tem uma importância fundamental para a aprendizagem da criança, pois é através dela que a criança aprende, desenvolve conceitos de relacionamento casual ou social, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar, de imaginar, formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras. (SANTIN, 2001, p.523)

Diante do exposto, observa-se que a aprendizagem por meio das brincadeiras consiste em uma atividade própria da criança e que deve ser estimulada pelos professores, especialmente aqueles que atuam na Educação Infantil, mas e quanto as crianças que ingressam no Ensino Fundamental?

A seguir serão apresentadas algumas considerações sobre a importância do lúdico e do brincar no desenvolvimento de crianças com seis anos de idade durante a fase de transição da primeira para a segunda etapa da Educação Básica no país.

O Processo de Transição

Sabe-se com clareza que no Brasil, o acesso à educação pública e gratuita, especialmente no que diz respeito as classes menos favorecidas é fruto da luta de diversos movimentos sociais, pois historicamente a hoje denominada educação escolar outrora conhecida como educação primária

iniciava-se aos sete anos, sendo que essa etapa após a reforma educacional realizada no ano 1971, passou a ser denominada de Séries Iniciais do 1º grau e posteriormente de Ensino Fundamental (SAVIANI, 2012).

Atualmente a LDB divide a Educação em dois níveis (Educação Básica e Ensino Superior), sendo que a Básica se encontra dividida em três etapas, são elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais 1º ao 5º ano e Anos Finais 6º ao 9º ano) e Ensino Médio, incluindo ainda algumas modalidades de ensino, tais como a Educação Especial, Indígena, Profissional e do Campo (BRASIL, 1996).

No ano de 2006 com a promulgação da Lei nº. 11.273, o Ensino Fundamental foi ampliado de oito para nove anos, com essa mudança, a criança passou a ser inserida nessa etapa aos seis anos e não mais aos sete, mudança esta que suscitou muitos debates na época, especialmente dos estudiosos da infância, pois até então a criança com seis anos fazia parte da Educação Infantil.

Diante desses embates, o que ficou claro é que embora a lei tenha ampliado o tempo de permanência na escola, na prática essa mudança não considerou as especificidades da criança de seis anos, que até então fazia parte de um outro contexto escolar e possuía um currículo diferenciado do Ensino Fundamental, que diferentemente do anterior trabalha na perspectiva da alfabetização, numeração e outros conteúdos diferentes daqueles até então trabalhados com os pequenos.

Acerca da ampliação do Ensino Fundamental, Demo (2011) nos remete a uma reflexão sobre o papel da escola e do educador, quando afirma que:

A peça-chave da escola e mesmo da universidade é a “aula”. Em especial, seus professores creem que o estudante aprende escutando aula, e nisto são seguidos pelos pais [...]. Aumentamos o ensino fundamental para nove anos, em grande parte para dar mais aula. [...] É quase automático que se aponte como vantagem maior um tempo maior de aula. (DEMO, 2011, p.1).

Assim sendo, pode-se inferir que a criança de seis anos que passou a fazer parte dessa etapa de ensino precisa ser compreendida não como um sujeito a quem faltou conteúdo e vivências na Educação Infantil, tampouco um sujeito que será preparado, nesse primeiro ano do Ensino Fundamental para as demais séries, considerando que toda criança possui um ritmo de aprendizagem diferenciado. (BRASIL, 2007).

Ainda no que se refere a legislação no tocante a ampliação do Ensino Fundamental, o atual Plano Nacional de Educação (PNE) reforça a ideia de que não é necessário somente aumentar o tempo de estadia da criança na escola, deve se investir também na questão da qualidade, considerando que as instituições de ensino precisam “adotar orientações pedagógicas que levem em consideração essas características, para que elas sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado”. (BRASIL, 2014, p.19).

Diante do exposto, existe a necessidade urgente da inserção de brincadeiras e práticas lúdicas no primeiro ano do Ensino Fundamental, pois este se constitui como um direito inalienável da criança, além disso, estas atividades auxiliam no desenvolvimento cognitivo da criança e também ajudam na aquisição de outras competências, a exemplo das habilidades motoras e das interações sociais tão importantes nessa etapa da educação básica.

Nesse sentido, é preciso garantir que as crianças nesse processo de transição sejam atendidas em suas necessidades de aprender e também de brincar por meio de práticas lúdicas, inserindo o lúdico no chão da escola, para que esses aspectos sejam indissociáveis, porém essa não é uma tarefa fácil conforme assinala Perrotti (1990, p.20):

A racionalidade do sistema produtivo torna o lúdico inviável, pois o tempo do lúdico não é regulável, mensurável, objetivável. Toda tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte. Por isso ele é banido da vida cotidiana do adulto e permitido nas esferas discriminadas dos “improdutivos”. O lúdico, dentro do mecanismo do sistema, é a sua negação. Em seu lugar permite-se o lazer, o não-trabalho, coisa totalmente

diferente do lúdico, que é o jogo, a brincadeira, a criação contínua, ininterrupta, intrínseca à produção.

De acordo com os documentos oficiais que regem a educação brasileira como a Constituição Federal, LDB, ECA, RECNEI e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, as atividades lúdicas e o brincar são defendidos nas duas primeiras etapas e configuram-se como uma maneira de ser e estar no mundo por parte das crianças, sendo este um aspecto muito importante, a escola precisa investir para que haja um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Com relação as mudanças no Currículo para a criança de 06 anos ingressante no Ensino Fundamental, existe um entendimento de que as atividades lúdicas devem ser realizadas, entretanto não há nos documentos norteadores da educação um modelo ou sugestões de atividades para serem desenvolvidas, tal aspecto deve ser pensado pelos membros da comunidade escolar e se fazerem presentes nos documentos internos das escolas, como o Projeto Político Pedagógico (BRASIL, 2009).

Sobre a necessidade de se pensar o currículo dessa etapa, destaca-se que:

O Currículo do Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais. (BRASIL, 2010, p. 06).

A brincadeira deve ser incluída na rotina das crianças não como um passatempo ou simplesmente porque está disposto nos documentos oficiais, o professor(a) deve ter em mente os objetivos pedagógicos e os recursos que serão disponibilizados para a realização da mesma, considerando os conhecimentos que podem ser aprendidos, assim como o contexto social dessas crianças, haja vista que nesse momento elas conseguem compreender alguns aspectos relacionados ao seu cotidiano e ao mesmo tempo reinventá-los por meio do brincar, uma vez que:

[...] Nessa faixa etária a criança já apresenta grandes possibilidades de simbolizar e compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Esse desenvolvimento possibilita a elas participar de jogos que envolvem regras e se apropriar de conhecimentos, valores e práticas sociais construídos na cultura. Nessa fase, vivem um momento crucial de suas vidas no que se refere à construção de sua autonomia e de sua identidade (BRASIL, 2004, p. 19).

O papel do professor e da escola é fazer com que os alunos participem ativamente do seu processo de ensino e aprendizagem como sujeitos ativos, que pensam e opinam sobre as práticas vivenciadas por eles, que interferem diretamente no seu cotidiano dentro e fora da escola. A seguir será discutido sobre as contribuições do lúdico nesse processo de transição;

A Função do Lúdico nessa Transição

Dentro do ambiente escolar, a ludicidade tem sido uma ferramenta importante para dinamizar o trabalho docente e a aprendizagem dos alunos. Conforme sinaliza Almeida (1998) o termo lúdico tem sua origem da palavra latina "*ludus*" que significa jogo, fazendo menção ao ato de jogar, brincar, enfim, se divertir de forma espontânea.

Apaz et al. (2012, p.7), ao refletirem sobre esse conceito assinalam que:

O termo lúdico etimologicamente é derivado do Latim "*ludus*" que significa jogo, divertir-se e que se refere à função de brincar de forma livre e individual, de jogar utilizando regras referindo-se a uma conduta social, da recreação, sendo ainda maior a sua abrangência. Assim, pode-se dizer que o lúdico é como se fosse uma parte inerente do ser humano, utilizado como recurso pedagógico em várias áreas de estudo

oportunizando a aprendizagem do indivíduo.

Conforme afirma Vygotsky (2007), o lúdico configura-se como um elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo das crianças, que através dessa atividade mental conseguem elaborar pensamentos um pouco mais abstratos e ao mesmo tempo criam novas formas de ser ver o mundo que as rodeiam, ou seja, vivenciam novas experiências que lhes permitem criar o seu próprio mundo de fantasia.

Acerca do desenvolvimento dessas habilidades, Freire (2003) destaca que elas são consequência direta da aprendizagem por meio do brincar, como por exemplo, quando o professor(a) propõe um jogo de boliche ou amarelinha, ele está explorando diversos saberes e ao mesmo tempo garantindo sua aprendizagem, pois ao brincar de amarelinha, a criança aprende números, mas também o equilíbrio e a coordenação motora da criança.

Sobre a necessidade de se promover uma educação lúdica nas escolas, concorda-se com Almeida (1998, p. 31-32) ao enfatizar que:

A educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante. Seus objetivos, além de explicar as relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, cultural, psicológico, enfatizam a libertação das relações pessoais passivas, técnicas para as relações reflexivas, criadoras, inteligentes, socializadoras, fazendo do ato de educar um compromisso consciente intencional, de esforço, sem perder o caráter de prazer, de satisfação individual e modificador da sociedade (ALMEIDA, 1998, p. 31-32).

Dessa forma, é imprescindível que os professores (as) de crianças com seis anos invistam na promoção de atividades lúdicas que contemplem suas necessidades e não somente realizem práticas rotineiras como as atividades xerocopiadas, ditados e coisas semelhantes que não agregam valores e sentidos a sua vivência tanto no chão da escola quanto no contexto familiar.

Uma das formas que os educadores têm de inserir essas atividades é por meio do jogo, considerando que ele desempenha um papel de grande relevância na conquista de conhecimentos lógicos, através dele, as crianças experimentam diferentes formas de conhecer as regras, funcionalidade e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na vida escolar, ou seja, o jogo consiste em um processo natural de desenvolvimento auxiliando na aquisição das funções psicológicas básicas, levando à criança ao mundo da imaginação e fantasia através da ludicidade (KISHIMOTO, 2011).

Segundo Friedmann (2012), existem alguns fatores que tem inviabilizado a realização de jogos e brincadeiras entre as crianças nas escolas e até mesmo no ambiente familiar, dentre eles: a falta de tempo, espaço, e o acesso constante as mídias e tecnologias, dentre elas as redes sociais, demonstrando assim a importância de se realizar estudos e pesquisas sobre o tema.

Sabe-se que o fato do professor(a) inserir essas atividades em sua rotina e planejamento não significa dizer que elas serão realizadas de qualquer forma ou como um mero passatempo, pois:

A educação lúdica está distante da concepção ingênua de passatempo, brincadeira vulgar, diversão superficial. Ela é uma ação inerente na criança, no adolescente, no jovem e no adulto e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações com o pensamento coletivo (ALMEIDA, 1998, p. 13).

Diante do exposto, fica claro a necessidade dos profissionais que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e da Educação Infantil desmistificarem a ideia de que o brincar assim como as demais atividades lúdicas não auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, mas sim que possam compreender a sua real função visando o desenvolvimento de seus alunos.

Mas para que essa inserção de práticas lúdicas se efetive na prática, é necessário que os professores do primeiro ano do Ensino Fundamental trabalhem em parceria com os professores da

Educação Infantil, e não se atenham somente a necessidade de ensinar às crianças a ler, escrever e contar, mas sim prepara-las para a vida.

Para Não Concluir

O Ensino Fundamental é considerado como a segunda etapa da educação básica com duração de nove anos, atendendo crianças com idades entre seis a quatorze anos. Dessa forma, a etapa que o antecede, ou seja, a Educação Infantil que outrora era responsável pela educação das crianças com até os seis anos de idade, ficou atualmente incumbida pela faixa etária que compreende de zero a cinco anos, havendo assim uma ruptura mais precoce no processo de transição entre ambas as etapas, inserindo-as mais cedo no Ensino Fundamental.

Com essa ruptura, observa-se que as crianças passaram a vivenciar um currículo diferente daquele ao qual estavam habituadas, no entanto independentemente da mudança de série, é preciso garantir às crianças com seis anos atividades que desenvolvam não somente suas competências cognitivas, mas também suas habilidades motoras por meio de práticas lúdicas e do brincar.

Em relação ao brincar, pode-se afirmar que ele se configura como uma atividade muito importante não somente na infância, mas em todas as fases da vida humana, possibilitando por meio do lúdico e das brincadeiras a interação da criança com o mundo que a rodeia e com o seu próprio mundo, sendo capaz de formar conceitos e construir ideias dentro do seu próprio ritmo.

Já a ludicidade por sua vez permite a criança usufruir da sua liberdade emocional, a fim de explorar e experimentar novas vivências, incentivando a sua curiosidade, considerando que através da brincadeira, ela pode expressar suas descobertas e dificuldades, além de interagir com os colegas e demais membros da comunidade escolar contribuindo direta e indiretamente no seu desenvolvimento e aprendizado.

As análises evidenciaram a necessidade de tanto as Instituições de Educação Infantil, quanto as escolas de Ensino Fundamental organizarem suas atividades e currículos contemplando as atividades lúdicas e a aprendizagem por meio das brincadeiras e interações, garantindo às crianças, sobretudo aquelas com seis anos o desenvolvimento pleno de suas capacidades cognitivas, motoras, afetiva e social.

Como ponto positivo dessa ampliação do Ensino Fundamental de nove anos, destaca-se uma maior permanência das crianças na escola, contudo é preciso considerar que essa medida por si só não será capaz de melhorar a qualidade da educação ofertada para essas crianças, é preciso investir em formação docente para os educadores que atuam com crianças de zero a seis anos no país.

Por fim, destaca-se a necessidade não somente dos educadores que atuam nessa etapa investirem na promoção de atividades lúdicas, como também do governo elaborar políticas públicas voltadas para a formação continuada desses profissionais e a construção de propostas pedagógicas que contemplem este aspecto nos currículos escolares,

Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão dos docentes do Ensino Fundamental sobre a necessidade de incluírem em suas práticas educativas as atividades lúdicas, como também para o debate acerca das políticas públicas voltadas para essa temática.

Referências

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica**: prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Marinheiro. In: **A senha do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 2ª ed, 2006.

APAZ, Mirtes França [et al.]. **A relação entre o aprender e o brincar**: uma perspectiva psicopedagógica. 2012. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/7061890-A-relacao-entre-o-aprender-e-o-brincar->

uma-perspectiva-psicopedagogica.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brincar, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília-DF, 1988. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 12 mai.2019.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: 1998. Disponível:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2019.

_____, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9anobasefinal.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

_____, Ministério da Educação. **Indagações Sobre Currículo: Educandos e Educadores, seus Direitos e o Currículo**. Brasília, MEC, 2007. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: Passo a passo no processo de implantação**. Brasília, MEC, 2009. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.Pdf . Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez; 2010.

BUENO, Elizangela. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**: ensinando de forma lúdica. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2010, 44f.

DEMO, P. Mito do aumento de aula. **Revista Desafio do Desenvolvimento**. Brasília, n. 69, ano 8, nov. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 5 MAI. 2019.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, p. 329, 2004.

FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil**: Observação, adequação e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.

_____, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14 ed.-São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança**. Edições Loyola, 2003.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz, **Brincar**: prazer e Aprendizado. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19ª ed. Petrópolis: Vozes; 2001.

MOYLES, J. R. **Só brincar?** O papel do brincar da educação infantil. Tradução: Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças: contextos e identidades**. Portugal, Centro de Estudos da Criança: Editora Bezerra, 1997

SANTIN, Silvino. **Educação Física**: Da alegria do Lúdico à opressão do rendimento. 3ª edição ampliada, EST Edições Porto Alegre: 2001.

SAVIANI, Nereide. Educação infantil versus educação escolar implicações curriculares de uma (falsa) oposição. ARCE, Alessandra JACOMELI, Mara Regina Martins (orgs). **Educação Infantil versus educação escolar entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula**. Campinas – SP: Editora Autores associados. 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.